

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

**Processo N.º 13038-000.010/88-93**

(nms)

Sessão de 09 de janeiro de 1992

**ACORDÃO N.º 202-04.797**

**Recurso n.º** 84.591

**Recorrente** ICATEP - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.

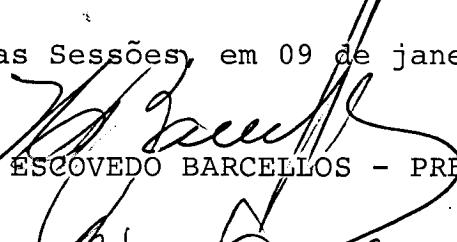
**Recorrida** DRF EM PELOTAS - RS

FINSOCIAL - INCIDÊNCIA SOBRE FRETE. Inexistência de recolhimento. Infração comprovada. Recurso não provido.

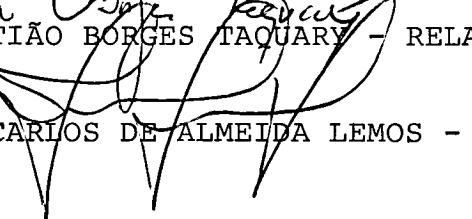
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ICATEP - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro OSCAR LUFIS DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 09 de janeiro de 1992

  
**HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE**

  
**SEBASTIÃO BORGES TAQUARY - RELATOR**

  
**JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL**

**VISTA EM SESSÃO DE 28 FEV 1992**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS DE MORAES, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES e JEFERSON RIBEIRO SALAZAR.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
Processo Nº 13038-000.010/88-93

Recurso Nº: 84.591  
Acordão Nº: 202-04.797  
Recorrente: ICATEP - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

O auto de infração, de fls. 05, noticia que a ora recorrente não recolheu as contribuições ao FINOSOCIAL, no período de fevereiro de 1982 a dezembro de 1986 (fls. 02) incidentes sobre parcelas de vendas devolvidas e sobre fretes.

Defendendo-se, a autuada apresentou a impugnação de fls. 08, instruídas com as peças de fls. 09/54, negando a infração e esclarecendo que, naquele mesmo período, teria recolhido até, a maior, aquelas contribuições ao FINSOCIAL.

A informação fiscal de fls. 74/75, opina pela exclusão da base de cálculo, no caso, das parcelas de vendas devolvidas, mas insiste na incidência do FINSOCIAL sobre os fretes.

A decisão singular (fls. 76) julgou procedente, em parte, a ação fiscal e excluiu da exigência as parcelas relativas a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Processo nº 13038-000.010/88-93  
Acórdão nº 202-04.797

vendas devolvidas é manteve a incidência sobre os fretes, com base no art. 16, do Decreto nº 92.698/86, para determinar a cobrança do FINSOCIAL e as multas de 20%, no período de 1983 a 1984, e de 50%, no período de fevereiro de 1986.

Pela petição de fls. 82, a contribuinte recorreu para esta Segunda Câmara, alegando que a decisão singular não lhe fez justiça e, por consequência, pediu o cancelamento do auto de infração, reportando-se às suas razões de impugnação.

Na Sessão desta Segunda Câmara, de 20 de março de 1991, o julgamento deste feito foi convertido em diligência, para juntar -se-lhe o acórdão esperado do Primeiro Conselho de Contribuintes, mercê da existência de processo também instaurado na área do Imposto de Renda da Pessoa-Jurídica.

Essa diligênci<sup>a</sup> foi atendida, pela juntada de cópias do Acórdão de nº 103-08.965 (fls. 92/98), que negou provimento ao apelo da recorrente, na área do Imposto de Renda da pessoa jurídica.

Porém, examinando-se a matéria versada naquele feito, julgado pela Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (decadência, omissão de receitas e glosa de despesas), verifica-se ali não se tratou da matéria versava nos presentes autos, quanto aos fatos e ao direito.

É o relatório.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 13038-000.010/88-93

Acórdão nº 202-04.797

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY**

Do relatório acima, verifica-se que, depois da decisão singular, a controvérsia restringiu-se à discussão se o FINSOCIAL incide sobre os fretes.

A recorrente exerce atividade mista(venda de mercadorias e serviços), fato não negado por ela, que, aliás, em seu recurso, não aponta os fundamentos de seu inconformismo.

Por outro lado, está assente neste Segundo Conselho de Contribuintes que o FINSOCIAL incide sobre as despesas de frete, porque é uma decorrência do art. 16 do Decreto nº.... 92.698/86-RECOFIS.

Isto posto, voto no sentido de negar provimento.

Sala das Sessões, em 09 de janeiro de 1992

  
SEBASTIÃO BORGES TAQUARY